

Funaro pode adiar vencimento da dívida pública

Ministro deve negociar com bancos para reduzir as taxas de juros no mercado interno

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O novo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pode dar outro passo decisivo, a partir dessa semana, na tentativa de reduzir as taxas de juros internas, somando ao outro que já começou a dar na última semana, de oferecer rentabilidade mais baixa aos títulos do Governo no open market. Trata-se de negociar o perfil dos vencimentos dos títulos da dívida pública em poder das instituições financeiras, alongando os seus vencimentos.

A negociação com os bancos deverá envolver a supressão do instrumento de recompra pelo qual a rede bancária transforma em vencimento de curto prazo títulos federais com vencimentos de longo prazo. O ministro prometeu estudar o assunto e não fez maiores considerações. Mas, o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), e ex-governador paulista, Abreu Sodré, amigo íntimo do presidente Sarney e do ministro que foi secretário da Fazenda e do Planejamento do seu Governo, em São Paulo, garantiu que ele vai negociar com os bancos.

Sintomaticamente, o novo ministro citou, durante o anúncio do acordo com os banqueiros para tentar reduzir as taxas de juros, na quarta-feira, no Palácio do Planalto, o nome do economista Dércio Garcia Munhoz, autor de trabalho que propõe alongamento do perfil da dívida e eliminação do instrumento de recompra. Disse Funaro que Dércio — “economista responsável e brilhante” — prova que a intermediação financeira no País alcança atualmente 12 por cento do PIB, um absurdo, considerou, sabendo que o setor agrícola representa 10 por cento.

Se não bastasse a citação de estudo de autoria de Dércio, o ministro indicou para sua assessoria econômica o economista Luis Gonzaga Belluzo, defensor intransigente de uma renegociação da dívida interna com os bancos nos moldes defendidos por Dércio Garcia Munhoz, conforme entrevista concedida na sexta ao JB. Na sexta-feira, o ministro reuniu-se com Belluzo e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, para estudar nova política de gerenciamento da dívida pública, a ser implementada nesta semana.

ALTERNATIVAS

As alterações realizadas na área econômica pelo Governo Sarney na última semana mar-

cam o início de um processo de intensificação de discussões sobre a melhor forma de conduzir a economia marcada pela presença de uma inflação recorde em expansão. Os economistas oficiais desconfiam da manutenção dos remédios utilizados até agora e os economistas do lado de fora, ou os que estavam de fora e agora estão sendo chamados a colaborar, sugerem saídas de toda natureza, sintoma de que os debates não se arrefecerão com a chegada do ministro Dilson Funaro, em substituição a Francisco Dornelles.

O novo secretário-geral do Ministério da Fazenda, João Batista de Abreu, por exemplo, extremamente discreto, tem opiniões bastante críticas sobre os remédios adotados até agora que teve oportunidade de colocá-los em estudo crítico às sugestões feitas pelo Fundo Monetário Internacional durante seminário internacional realizado pelo Fundo, no início do ano, em Lisboa, Portugal. E os novos assessores do ministro, o assessor econômico Luiz Gonzaga Belluzo, e o secretário especial, o economista João Manoel Cardoso, são conhecidos pelas posições radicais em favor de alterações drásticas nas negociações com o Fundo e os credores externos.

Os novos assessores do ministro da Fazenda, como este, condenam a teoria monetarista de que a inflação brasileira decorre do excesso de demanda dentro da economia — o apelo ao consumo — e contrapõem que o que falta mesmo é oferta de bens capaz de reduzir os preços. Mas, o que deixa todos desalinhados sobre o que fazer se refere a como eliminar o caráter inercial da inflação em que o peso da inflação passada sempre é transferida para o futuro, segundo a maioria dos economistas oficiais, graças ao mecanismo da correção monetária.

Para eliminar esse caráter inercial surgem propostas que vão desde a supressão pura e simples da correção, como prega o ex-ministro Octávio Gouveia de Bulhões, até a adoção do plano a ser colocado em prática a partir de determinado dia D, conforme defende o economista Lara Resende, indicado para a diretoria da Dívida Pública do Banco Central, em que o Congresso aprovaria projeto de lei convertendo os salários de cruzeiros em ORTNs pelo critério das médias reais, seis meses após o último reajustamento bem como seriam convertidos em ORTNs os aluguéis, preços e prestações da casa própria também pela média real dos úl-

timos seis meses.

Paralelamente a esse plano haveria rígido controle da moeda, dos preços, dos impostos, dos subsídios e das desvalorizações reais da taxa de câmbio. Seria realizado, dessa forma, um nivelamento geral dos preços a partir do qual seria implementada uma reforma monetária que introduziria na economia uma nova moeda o “cruzeiro-ORTN” cuja unidade valeria um décimo da ORTN, aproximadamente três quartos do dólar.

ENCHENTE INFLACIONÁRIA

Segundo o professor Lauro Campos, da Universidade de Brasília, essa proposta de Lara Resende, considerada pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen um “truque hábil” que “talvez” forneça a maneira mais simples e indolor de livrar o País da inflação inercial, seria um “maná” para os banqueiros. As ORTNs, que os banqueiros têm depositadas aos borbotões em suas carteiras, ganhariam, o que não tem hoje, poder de compra, e eles se livrariam do risco de ter que se-

gurar papéis do Governo cuja solubilidade, na medida que expande descontroladamente a dívida pública, é cada vez mais arriscada.

A proposta de Resende, apoiada por Simonsen, é, segundo Lauro, perigosíssima, porque ganhando as ORTNs poder de compra, inevitavelmente haverá uma enchente inflacionária no mercado que aí, sim, levaria tudo de roldão: “Lara Resende é um inocente útil — até que ponto não sei — dos bancocratas”.

CHOQUE HETERODOXO

Paralelamente à proposta de Lara Resende — indagado se ele a defenderá na condição de diretor da Dívida Pública do BC, apenas sorriu — se discute intensamente a proposta do professor Francisco Lopes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de dar um choque heterodoxo na economia que consistiria no congelamento geral dos preços e salários e adoção simultânea de uma reforma monetária com criação de nova moeda — ele fala em “cruzado” — com paridade fixa em relação ao dólar.

Segundo Lopes, com inflação

de 200 por cento, a terapia aplicada a partir da austeridade monetária não resolve, apenas contribui para expandir as taxas de juros e o déficit público ao mesmo tempo em que desmoraliza totalmente a moeda que vai perdendo poder de compra e exigindo em contrapartida, como compensação, mais remuneração dos ativos financeiros corroídos pela inflação que aumenta mais ainda as taxas de juros e bloqueia, conseqüentemente, os investimentos do setor privado.

A tática de Lopes foi adotada pelo governo Alfonsín, na Argentina, no momento em que a inflação aproximava-se dos 1.000 por cento ao ano e o índice mensal dos 30 por cento. Nos dois primeiros meses, pelo menos está dando certo, foi possível reduzi-la para 1 por cento ao mês, mas já em agosto, as informações dão conta de que as autoridades estão um pouco decepcionadas porque, o índice deverá pular para 6 por cento ou 7 por cento.

A contrapartida desagradável da proposta é a recessão. Os preços foram reajustados antes de serem congelados, mas os salários, não, ou seja, aplicou-

se o arrocho salarial, enquanto que, para garantir a fuga de capitais com introdução da nova moeda o “Austral”, tornou-se necessário aumentar artificialmente a taxa de juros de forma a permitir a troca do “Peso”, a antiga moeda desmoralizada, pela nova moeda, saindo prejudicado, conseqüentemente, os investimentos que ficaram bloqueados. O desemprego, paralelamente, cresceu com a recessão e os fortes sindicatos argentinos não estão gostando da experiência, apesar da recuperação da moeda desmoralizada, e ameaçam entrar em greve. As autoridades econômicas já estão falando no caráter temporário da experiência e prometem retorno dos investimentos dentro de uma programação mais racional etc.

RECEPTIVIDADE

Por enquanto, o choque heterodoxo sugerido por Francisco Lopes é visto apenas como uma sugestão acadêmica, mas a cada subida brusca da inflação, como a do mês de agosto (14 por cento), as discussões sobre ela ganham intensidade e já não é mais possível negar que crescem os partidários a seu favor.